

ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA: NOTAS ESPARSAS EM BUSCA DE UM SENTIDO

Oriowaldo Queda¹

Resumo: Este artigo analisa o tratamento dado pelos defensores da necessidade de atualizar os índices de produtividade agrícola no Brasil, bem como o daqueles que pregam pela sua desnecessidade. Foram utilizados artigos e entrevistas publicados em jornais paulistas de autores expressando pontos de vista próprios ou os de entidades representativas dos trabalhadores ou, ainda, de entidades oficiais, em especial, aquelas ligadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Reforma Agrária. Neste caso, todos defendem a necessidade de atualização desses índices como justificativa principal para facilitar e apressar a execução da Reforma Agrária. Os argumentos daqueles que defendem ser desnecessária a sua atualização foram colhidos também em artigos e entrevistas publicadas em revistas e em jornais paulistas. Da mesma forma, apareceram autores que defendem pontos de vistas pessoais, como os de entidades representativas do patronato rural e de órgãos públicos, em especial, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Tanto os defensores da necessidade quanto da desnecessidade de atualização desses índices reconhecem as mudanças tecnológicas que consolidaram uma agricultura capitalista convencional. Como resultado, quanto mais atualizado forem esses índices para levar em conta o "progresso científico e tecnológico", hoje disponível, menos ecológica e sustentável será a nossa agricultura.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Assentamentos Rurais; Índices de Produtividade Agrícola; Agrobiodiversidade; Agricultura Capitalista Convencional.

¹Professor Titular Aposentado ESALQ/USP e docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente/UNIARA.

Abstract: *This article examines the issues related to the need of updating the indices of agricultural productivity in Brazil and evaluates the ways in which supporters and opponents of this issue express their concerns. This study is based on articles and interviews published in newspapers in Sao Paulo, written by authors whose views were reflected in the pages of their products and the views of trade unions representing workers, or official entities, particularly those linked to the Ministry of Agrarian Development and the National Agrarian Reform Institute. In this case, all involved are in agreement with the proposal for updating these indices in order to improve and hasten the implementation of the Agrarian Reform. The arguments of those who oppose the proposed updating process were also taken from articles and interviews published in magazines and newspapers in Sao Paulo. Likewise there were other authors who expressed their opinions, as the members of the employer representative bodies and rural government agencies, particularly the Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply. Both supporters and opponents emphasized the role of technological changes in driving the consolidation of capitalist conventional agriculture. In conclusion, one can say that frequent updates of these indices, in terms of "the scientific and technological progress", which is now available, might well compromise agricultural sustainability.*

Keywords: *Agrarian Reform; Rural Settlements; Agricultural Productivity Indexes; Capitalist Conventional Agriculture; Agrobiodiversity.*

Introdução

A atualização dos índices de produtividade agrícola tem sido objeto de controvérsias. Desde o governo José Sarney (1985 – 1990) até o de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), muitas promessas de atualização desses índices foram feitas, mas em nenhum desses governos elas foram cumpridas. Até momento (2012), o mesmo tem acontecido com o governo de Dilma Rousseff, pois mesmo antes da sua posse, a promessa era mais uma vez feita, conforme relata Roldão Arruda em reportagem: "Dilma afirma que vai rever índice de produtividade Rural" (O Estado de São Paulo, 04. 11. 2010 p. 10).

Este trabalho não tem como objetivo principal relatar a história das iniciativas governamentais quanto às exigências e à necessidade de elaboração de índices ou indicadores de produtividade agrícola. Também não tem a pretensão de inventariar as pesquisas referentes a esse tema e, em especial, as disputas

metodológicas proporcionadas pelos pesquisadores².

Argumenta-se neste ensaio que a atualização dos índices de produtividade agrícola e a exigência de sua aplicação tenderiam a reforçar o padrão de agricultura convencional, hoje dominante no mundo todo. Portanto, esta ação, em nossa opinião, é contrária à construção de uma agricultura ecologicamente mais sustentável.

A Constituição Federal brasileira de 1988 manteve o caráter relativo do direito à propriedade privada. No seu art. 5º, XXII, ela garante o direito de propriedade, para logo em seguida, no mesmo art. 5º, XXXIII, condicioná-lo ao cumprimento social. Particularmente no que se refere à sua dimensão produtiva ou estritamente econômica. As outras funções como a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação ambiental (eis a questão), observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e trabalhadores não têm sido cobradas com a mesma insistência. O que não significa que elas não tenham sido pesquisadas.

Para efeito de regulamentação, o Congresso Nacional aprovou, em 25.02.1993, a Lei Nº 8629, conhecida como Lei Agrária. No *caput* do artigo 6º e no artigo 11º estão as principais determinações:

Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão competente;

Art.11º Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta ao progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelo Ministério da Agricultura e Reforma ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola.

É sobre esse ajustamento periódico dos índices, parâmetros e indicadores que se instalou a polêmica entre aqueles que defendem a atualização e aqueles que a rejeitam.

²O leitor encontrará em Ramos (2005); Teixeira (2005) material a esse respeito. Material equivocado, diga-se de passagem, mas que tem servido para sustentar essa polêmica.

³Uma análise sobre padrões de agriculturas convencional e alternativa está em Beus, Dunlap (1990) e Queda, Kageyama, Santos (2009).

Foram utilizadas opiniões de autores publicadas em artigos, depoimentos e entrevistas, na imprensa, notadamente a paulista, empregando argumentos dos mais variados para defender a desnecessidade de atualizar os citados índices, além de autores que estiveram preocupados em sustentar que não há oposição entre o agronegócio e a agricultura familiar. Isto porque esses autores defendem uma agricultura que desrespeita o cumprimento das funções sociais da propriedade rural, citadas logo acima. Assim procedendo, rejeitam sequer discutir a possibilidade de outro padrão de agricultura.

Ao mesmo tempo, foram utilizados os pronunciamentos de autores em artigos, entrevistas e depoimentos, notadamente também na imprensa paulista, que defendem a atualização dos índices de produtividade agrícola, como principal justificativa para facilitar e apressar a reforma agrária.

A cobrança pela atualização dos índices de produtividade agrícola tem sido a manifestação mais constante nos pronunciamentos da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e também da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Em entrevista concedida ao jornal O Estado de S. Paulo de (30.08.2009), João Paulo Rodrigues, da Coordenação Nacional do MST, quando indagado sobre a real importância da atualização dos índices de produtividade agrícola responde: "a atualização dos índices vai dar mais agilidade e condições para o governo cumprir a lei e desapropriar as fazendas que são improdutivas, mas que se escondem atrás dos números de 1975. Mesmo assim, serão usados dados de 1996 para a realização, ou seja, ainda de anos atrasados". (Entrevista reproduzida em <imprensa@mst.org.br em 02.09.09). Mais adiante, quando solicitado a responder se concordava com as exigências dos "ruralistas" de que os mesmos índices deveriam ser aplicados nos assentamentos, ele responde: "Ótimo. É isso mesmo o que queremos: que a sociedade compare a produtividade por hectare de um assentamento e da agricultura familiar, com as fazendas acima de 2000 ha".

Finalmente, ao responder "sobre o peso do quesito improdutividade na arrecadação de terras para a reforma agrária" o coordenador nacional do MST responde: "o peso é muito pequeno, porque a lei determina que o governo desaproprie todas as fazendas que não cumprem a função social. Não há função social nas fazendas que têm trabalho escravo, desrespeitam o ambiente ou são utilizadas pelo narcotráfico".

Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário do governo passado, em entrevista dada ao jornalista João Domingues, do jornal O Estado de S.

Paulo, diz que "os índices de produtividade agrícola (atuais) são inaceitáveis premiar a improdutividade e impediriam o andamento mais rápido da Reforma Agrária".

Quanto à segurança que os produtores teriam de que suas terras não seriam facilmente desapropriadas, o então ministro responde: "Todas". Nosso trabalho é técnico, completo, dá muita segurança a quem produz. Ninguém precisa ter medo. Será feito porque o índice de produtividade não é reajustado há 35 anos. E o Estado tem de fazê-lo. Mais adiante, afirma: "a intenção é proteger a produtividade" (sic).

O jornalista Rolf Kuntz, em matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo (22.02.2006, p.B6), relata que "o ministro Roberto Rodrigues se opõe à fixação de novos níveis mínimos de produtividade para identificação de terras passíveis de desapropriação para a reforma agrária." O jornalista afirma, ainda, segundo Roberto Rodrigues, que a definição de padrões mínimos de produtividade perdeu o sentido com a abertura da economia brasileira. "Há 40 anos, o mercado nacional era fechado e a eficiência era baixa. Hoje, a produtividade é uma exigência da globalização e a agropecuária brasileira é considerada uma das mais competitivas do mundo". Na mesma matéria o ministro lembrou que a "produção de grãos e oleaginosas mais que dobrou desde o começo dos anos 90 e deve chegar neste ano [2006] a 124 milhões de toneladas" enquanto "a área plantada cresceu apenas 28,9%". Roberto Rodrigues relata ao jornalista que o aumento de produtividade "permitiu derrubar os preços ao consumidor e impulsionar as exportações".

Roberto Rodrigues, agora na condição de ex-ministro do governo Lula, faz de conta que desconhece que a terra é um bem natural, quando produz outros argumentos contrários à atualização dos índices. Em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo (04.08.2007, p.B2), ele faz a pergunta: "É preciso rever índices de produtividade?". É taxativo ao afirmar que o "agronegócio brasileiro hoje é extremamente eficiente e competitivo, a produtividade aumentou espetacularmente e os índices ficaram desatualizados. Mas, então por que corrigi-los agora? Por que aumentá-los? Só para ampliar o número de hectares para a reforma agrária? Por que só no campo se exige uma produtividade mínima? Essa exigência, para o ex-ministro, é injusta, pois "afinal os agricultores investiram em tecnologia, e, com isso, a produtividade cresceu. "Aumentar os índices seria um castigo para quem investiu e melhorou as coisas para o País".

A contradição é aberrante: como entender a ênfase e a exigência de reconhecimento de que o agronegócio brasileiro é hoje extremamente, competitivo

e que a produtividade agrícola aumentou espetacularmente e ao mesmo tempo recusa a proposta de alterar os índices de produtividade? Índices que levaram em conta o "progresso científico e tecnológico" tão alardeado? É falso concluir que "Hoje, o produtor rural que não for produtivo também quebra".

Guilherme Cassel, então ministro do governo Lula, em resposta ao artigo de Roberto Rodrigues, é polido demais ao afirmar que "segundo a proposta elaborada em conjunto pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quem produz não é atingido" (Folha de S. Paulo, 03.09.2007, p.A3). Guilherme Cassel procurava aquietar os ruralistas, ao salientar que "Os índices que estão sendo propostos são inferiores aos praticados pela grande maioria dos produtores, atingindo apenas os 10% menos produtivos do País".

A repórter Beth Melo em sua reportagem "Produtor debate nova proposta" (O Estado de S. Paulo, AGRÍCOLA, 02.08.2006, p. G3) relata: "Representantes da cadeia produtiva do agronegócio reúnem-se hoje, em Brasília (DF), para discutir a proposta do deputado Xico Graziano (PSDB/SP), que sugere nova sistemática para definir o conceito de produtividade rural." Segundo a jornalista, para o citado deputado, "A questão mais importante não é simplesmente aumentar o índice de produtividade, que é o que o governo propõe, mas garantir, em contrapartida, a compra da safra a preços acima do custo de produção". E acrescenta: "No caso da próxima safra de soja, por exemplo, não é razoável exigir que o produtor aumente a produtividade porque o preço está ruim". Generoso, o deputado sugere que o laudo de avaliação da propriedade leve em conta a qualidade do solo, e a condição climática da região, considerando os três últimos anos para grãos e para a pecuária e cinco anos para culturas permanentes.

Ainda segundo a mesma reportagem, a preocupação dos produtores é "com risco de desapropriação de muitas propriedades produtivas" (Idem). No mesmo relato da jornalista, para Anaximandro Deudement Almeida, assessor técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários, da Comissão Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), os índices do governo não correspondem à realidade porque leva em conta apenas o índice de produtividade física da terra em relação à capacidade de produção, isto é, "Não considera a tecnologia, crise e investimentos". Criticando o estudo realizado por professores da Universidade de Campinas, o assessor declara: "Foram anos sem adversidades climáticas, além de preços e taxas de câmbio favoráveis que permitiram ao produtor ter alto rendimento".

Em outra reportagem, o jornalista José Maria Tomazella (O ESTADO DE SÃO PAULO, "Produzir mais, às vezes, é ter prejuízo", 30.08.2009, p. A13) ouviu de Frederico D'Avila, dono da fazenda Jequitibá do Alto, em Buriti, sudoeste paulista, o seguinte comentário: "A gente investe na alta produtividade para ganhar no volume, mas produzir mais, às vezes, significa ter prejuízo".

João Paulo Rodrigues, da Coordenação Nacional do MST, avisou que "Aqueles que estiverem produzindo, nada precisam temer". Isto porque, como já foi registrado neste trabalho, os dados utilizados para a atualização dos índices são de 1996. O mesmo já havia sido afirmado por Guilherme Cassel em reportagem de José Maria Tomazella (O ESTADO DE SÃO PAULO, "Revisão de índices trará escalada de invasões, alertam produtores", 29.08.2009). O ministro da época declara que: "quando o proprietário, por questões econômicas, deixou de plantar, ele pode justificar. Se resolver que, naquele ano, vai fazer um melhoramento no solo, não corre o risco de ser desapropriado".

Nesta mesma reportagem, a senadora Kátia Abreu considera os novos índices "desonestos", pois só levam em conta o tamanho da terra e a quantidade de produção. Para a senadora, "Outros fatores importantes como o crédito, os juros, a mão de obra, o mercado e a renda não foram considerados" (Idem).

Para a senadora a "livre iniciativa [é] consagrada pelas leis brasileiras e regida pelo mercado". Deste modo, "nenhuma atividade pode ficar impedida de recuar na produção, se as pessoas não tiverem necessidade daquilo que está sendo produzido" (Idem). E para finalizar, os novos índices vão "forjar" latifúndios improdutivos, pois a "mudança ocorre num momento em que os produtores estão sendo compelidos a transformar áreas de produção (sic) em reserva legal. É como tirar o tubo e deixar o produtor sem oxigênio" (Idem).

Pois é, a senadora Kátia Abreu ao ensinar "Um princípio do capitalismo" (FOLHA DE SÃO PAULO, 13.10.2011, p.B) escreve: "Capitalismo implica que cidadãos e as empresas se responsabilizem por suas ações. Lucros e prejuízos são igualmente assumidos por aqueles que realizam seus empreendimentos, fazendo determinada escolhas".

A esses argumentos utilizados por aqueles que se expressam pessoalmente, ou como porta vozes de variadas associações e entidades sindicais, deve-se acrescentar o pedido de "socorro urgente para o campo – mais dinheiro, para sustentar os preços na safra, prorrogação de vencimentos, caso a caso, (sic) mais recursos para a temporada 2006-2007 e uma série de medidas para redução de custo, enfeixadas numa 'MP do Bem' para o setor rural", contido na reportagem de Rolf Kuntz (O ESTADO DE SÃO PAULO, "Agricultura pede

uma MP do Bem", 22.02. 2006, p. B6), já citada.

A polêmica sobre os índices de produtividade rural pode ganhar maior contorno se prestarmos atenção à outra polêmica, mas ligada à ela: é a que se refere ao "agronegócio" e a agricultura familiar, dentro e fora dos assentamentos rurais.

Para aqueles contrários à atualização desses índices, tornou-se um lugar comum afirmar que todos os produtores rurais pertencem ao chamado agronegócio. Nem mesmo o tamanho da propriedade se configura como diferença. E, por fim, que todos querem a mesma coisa: o Brasil como celeiro do mundo. Mas isso é falso, pois os grandes produtores rurais de *commodities* não querem a mesma coisa que aqueles que dependem de salários para sustentar suas famílias.

Vejamos como se expressam alguns dos donos do agronegócio, bem como de alguns daqueles que se expressem em nome dele.

Roberto Rodrigues, ex-ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do governo de Luis Ignácio Lula da Silva, negou existir dicotomia entre grandes e pequenos. Entrevistado pela revista Carta Capital (01.09.2004, p. 45), ele afirma: "Há uma falsa dicotomia do processo agronegócio *vis-à-vis* a agricultura familiar. Agronegócio são todas as formas de agricultura. Começa na prancheta de um pesquisador e termina na gôndola do supermercado. **A economia globalizada exige padrões tecnológicos que garantam a competitividade, se não, não se consegue avançar sobre os mercados, além de se transformar em importante importador de produtos agrícolas de países mais eficientes.** (Grifos nossos). Os processos de modernização são irrecorríveis. Temos de fazer com que esses processos não destruam a sustentabilidade no seu conceito lato, que implica tudo: garantias de preservação ambiental, de renda, de função social da terra etc". Porém, quando indagado se "O Brasil dá munição para os países que impõem barreiras não tarifárias?" o então ministro responde: "Eu acho que realmente a gente, às vezes, dá um pouco de munição para o adversário. Mas, enfim, isso faz parte da vida".

Para Guilherme Delgado, "O agronegócio é a associação do grande capital com a grande propriedade: todos ganham" (CARTA CAPITAL, 01.09.2004, p.43). De acordo com o economista os mesmos proprietários que têm fazendas-modelos na produção agrícola detêm latifúndios improdutivos, áreas vazias à espera de especulação. Ao mesmo tempo que valorizam os altos índices de produtividade agrícola de suas fazendas-modelos, mas rejeitam a sua atualização para defender seus latifúndios.

Sergio Abranches ("Agronegócio brasileiro: uma estratégia autodestrutiva", originalmente publicado no sítio Ecopolítica e reproduzido em EcoDebate, 02.06.2010) não partilha dessa crença manifestada pelo ex-ministro e faz um alerta: "Agronegócio brasileiro adota as piores práticas sócio-ambientais. Despreza a tendência do mercado global de adotar práticas de sustentabilidade em toda a cadeia de suprimentos. Um projeto economicamente suicida. O Brasil é o maior importador de agrotóxicos banidos no EUA e na União Europeia, por razões sanitárias. Esses produtos, muito tóxicos, são muito nocivos à saúde humana e ao ambiente". Por isso mesmo, a pergunta: "Qual o projeto do agronegócio brasileiro? Adotar as piores práticas e enfrentar barreiras comerciais crescentes?"

Os avanços científicos e tecnológicos permitiram ao agronegócio consolidar um padrão de agricultura, onde práticas de sustentabilidade e responsabilidade social, não foram consideradas até o presente. Por isso, Sérgio Abranches adverte: "O agronegócio brasileiro desmata, convive com práticas ilegais, como trabalho escravo, trabalho degradante, não assume responsabilidade pela cadeia de suprimentos (supply chain). Ao adotar más práticas de trabalho e trabalhistas, carimba os produtos como de má qualidade".

Em suplemento Especial, o jornal O Estado de S. Paulo (27.09.2009, p.H7) entrevistou dois pesquisadores da EMBRAPA. Vale registrar o entendimento que ambos expressaram sobre os desdobramentos das atividades desenvolvidas por aquela empresa. Para Eliseu Alves, "a criação da Embrapa (1973) significou uma economia de recursos naturais enorme para o País. A única forma de aumentar a produção sem derrubar mais florestas é aumentar a produtividade, e isto se faz com tecnologia. O resto é conversa fiada. Comida tem prioridade sobre meio ambiente. É muito fácil falar de preservação ambiental quando se tem comida sobrando. Se faltasse alimento, a conversa dos ambientalistas seria outra". Ele mesmo, mais tarde, receberá elogios do presidente da Sociedade Rural Brasileira, por causa do seu inovador trabalho de "atualização" dos índices de produtividade agrícola, realizado na EMBRAPA. Por sua vez, Plínio Souza, da Embrapa Cerrado, contrapõe de forma serena e não destemperada, como a expressa por Eliseu Alves, "que a preocupação com o meio é um fenômeno recente, não existia nas décadas de 70, 80, quando as fronteiras avançaram sobre o cerrado. A sociedade não cobrava o governo não cobrava, o Código Florestal era uma letra morta. Quando a preocupação chegou, boa parte do cerrado já tinha ido embora".

"Quem também discorda que "os processos de modernização são irrecorríveis" é Rubens Ricupero ao afirmar: "As entidades do agro protestam

que suas intenções são progressistas. Contudo o comportamento de parte de considerável de seus representados desmente as proclamações...Sem compatibilização entre produção e ambiente , o destino da agricultura será o do suicídio dos fazendeiros fluminenses e do Rio Doce"(FOLHA DE SÃO PAULO, "Suicídio da Agricultura", 26.06.2011, p.A16).

Guilherme Delgado ao fazer o balanço de perdas e ganhos do agronegócio brasileiro afirma que ele é negativo à nossa sociedade, pois reforça a estrutura de dominação das elites brasileiras. Nas suas palavras: "O agronegócio brasileiro mistura a modernidade técnica com o atraso das relações sociais. A sociedade brasileira está acostumada a crescer sem assimilar o pessoal de baixo". (CARTA CAPITAL, 01.09.2004, p.42). Para ele "o agronegócio não é solução, é parte do problema, pois resolve a vulnerabilidade externa do País, aumentando a interna".

Por estar muito exposto à competição internacional, o agronegócio brasileiro abre um flanco para a criação de barreiras não tarifárias, segundo Marco Antonio Figihara (Carta Capital, 01.09.2004, p.45). Sustenta também que o "agronegócio brasileiro está dando munição ao bandido quando, por exemplo, emprega trabalho escravo e não respeita reserva legal".

Outro que endossa as mesmas proclamações de Robert Rodrigues é o professor Marcos Fava Neves. Ao querer compartilhar o seu conhecimento com o leitor da Folha de S. Paulo, escreve: "Por interesses distintos e por falta de conhecimento, insiste-se em contrapor no Brasil três coisas (sic) que não são contrapostas e que atrapalham nosso planejamento e nosso desenvolvimento". (FOLHA DE SÃO. PAULO, 25. 09. 2010 p. B4). Essas "coisas" seriam: "agricultura contra o ambiente"; "agricultura familiar contra agricultura empresarial" e a terceira é a "ignorância em relação ao conceito de agronegócio".

Com grande empáfia afirma ser importante que aqueles que "criticam o agronegócio entendam que esse conceito foi criado em 1957 nos Estados Unidos (apenas em 1990 no Brasil) para dar o caráter de integração à agricultura. Agricultura integrada com o comércio, com a indústria, com os serviços, com a pesquisa, com os insumos e com os produtores". (Não teria sido um conselho inútil a leitura de SZMRECSÁNYI, 1979). Não satisfeito, ele adiciona: "na definição, não existe qualquer palavra 'tamanho', é preciso entender que agronegócio não significa algo grande e sim integrado". Ficam explicitados quais os "interesses distintos" em jogo, quando afirma: "Neste ano, [2010] que será desastroso para as contas externas, o país pode ser salvo pelo agronegócio. A cana trará US\$12 bilhões, a laranja US\$2 bilhões, a carne bovina US\$ 5 bilhões,

o café US\$ 5 bilhões, etc. É provável que entrem mais de US\$70 bilhões".

Quanto à falta de conhecimento, ela deve ser debitada a todos aqueles que discordam da opinião do professor.

Antonio Márcio Buainain expressa a opinião de que "Os dólares recebidos pelos agricultores – pequenos, médios e grandes – movem cidades. Onde há agrobusiness, há dinamização. A única salvação para a agricultura familiar é transformar-se em agronegócio". (CARTA CAPITAL. 01.09.2010, p. 43).

Roberto Rodrigues, pretendendo ser jocoso, mas sendo na verdade irresponsável, responde a pergunta, feita por Carta Capital (01.09.2004, p.45) de se o "Brasil não dá munição para os países que impõem barreiras não tarifárias?" Sua resposta é: "Eu acho que realmente a gente, às vezes, dá um pouco de munição para o adversário. Mas, enfim, isso faz parte da vida". Mas, como diria o cronista: vida de quem, cara pálida?

Zander Navarro, no seu "O mundo rural brasileiro" (FOLHA DE SÃO PAULO, 14.11.2009, p.A3), referindo-se ao lançamento do Censo Demográfico de 2006, também defende não haver oposição entre agronegócio e agricultura familiar. Raivoso, ele escreve: "O outro foco repetido, incensado sob espantosa ingenuidade, refere-se à agricultura familiar, agrupamento que seria oposto a um indefinido agronegócio. Resultado de uma sociologia indigente e de um primário marxismo caiopradista, a noção é igualmente um delírio ideológico, pois seria segmentação que, assim se diz, estimularia a luta de classe no campo".

Depois de afirmar que há uma crescente especialização e profissionalização dos produtores rurais, o que passa a vigorar agora é o "princípio férreo de produtividade": "Goste, ou não, é a consagração definitiva de uma sociabilidade capitalista que passou a comandar o cotidiano rural" (Idem).

Ao mesmo tempo em que não reconhece haver oposição entre o agronegócio e a agricultura familiar reafirma que "O futuro é inescapável: manteremos no campo uma conformação heterogênea e dual, sem ser dualista, com propriedades em grande escala convivendo com propriedades de menor porte. Houvesse racionalidade, a principal diretriz governamental deveria inspirar-se na ciência e na difusão de seus produtos tecnológicos para todos os produtores, fiscalizando particularmente os marcos impositivos das leis trabalhistas e ambientais" (Idem). Que produtos tecnológicos são esses, derivados da ciência e da sua difusão, que necessitam de fiscalização, em particular, "os marcos impositivos das leis trabalhistas e ambientais"? Que sociologia é esta preconizada pelo Autor?

Para Denis Lerrer Rosenfield, em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo (12. 10. 2009 p. A2), "A agricultura familiar, baseada no direito de

propriedade, é a que se desenvolve, por estar integrada a uma economia de mercado. Há cadeias produtivas bem-sucedidas, como as de fumo, aves, suínos, que exibem, precisamente, essa integração, fundada na defesa da propriedade privada, na segurança jurídica e no direito de cada um dispor do seu trabalho e de seus investimentos, sem a tutela de uma organização política".

O mesmo Autor afirma que o País não tem mais "nenhum passivo histórico", que pertence ao passado a ideia de "latifúndios improdutivos" e nem um "passivo fundiário propriamente dito, mas um passivo social, que deve ser resolvido com trabalho, renda, emprego e investimentos, tanto no campo quanto nas cidades". Mas, com um grande cinismo, alerta: "Não esqueçamos que boa parte dos 'sem-terra' é recrutada entre os desempregados e subempregados dos centros urbanos".

Chico Graziano, em artigo para o jornal o Estado de S. Paulo (20.10.2009, p. A2), sugere que a agricultura familiar se fortalece juntamente com a grande empresa rural. Porém, assinala que "curiosamente, o discurso atrasado contra o agronegócio teima em persistir, como se mentira repetida se transformasse em verdade".

Chico Graziano repete Zander Navarro ao perguntar de onde surge tal "delírio ideológico"? Ele próprio responde: "Certamente do equívoco, elementar, que distingue 'agricultura familiar' do 'agronegócio', como se ambas as categorias fossem opostas, e não complementares".

Para Chico Graziano, ao investir em tecnologia e ganhar produtividade, "o pequeno produtor se qualifica para participar do mundo do agronegócio". É deste modo que "Milhões de excelentes produtores de café, soja, feijão, arroz, leite, carne, mandioca, frutas, verduras dependem do agronegócio para viver".

Esperamos que com todas as citações, de diferentes autores, tenha ficado claro que para eles não há oposição entre agronegócio e agricultura familiar. Que o agronegócio são todas as formas de agricultura. Formas de agriculturas, que não custa repetir, marcadas pelo uso intensivo de capital, de fertilizantes artificiais, herbicidas, pesticidas, criação intensiva de aves, suínos e bovinos, de larga escala, mecanizada, etc.

Kageyama e Bergamasco (1989) realizaram um trabalho sobre a estrutura de produção no campo, com ênfase na produção familiar, tentando quantificar e analisar sua participação na agricultura, e sua heterogeneidade interna, por meio de indicadores obtidos por tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1980. As Autoras sugeriram uma tipologia de unidades de produtivas, baseadas no critério de importância do trabalho assalariado. Seriam elas: (a) unidades puramente familiares; (b) unidades que combinam trabalho familiar com

assalariados temporários; (c) empresas familiares e empresas capitalistas.

Os estabelecimentos agropecuários foram separados em dois grandes grupos: o conjunto de unidades familiares e o das empresas capitalistas. O critério de identificação do conjunto familiar foi a utilização de membros não remunerados da família entre o pessoal ocupado.

O conjunto unidade familiar era bastante heterogêneo. Assim, as unidades puramente familiares, onde se concentravam quase 40% das pessoas ocupadas na agricultura, caracterizavam-se pela pequena área média, baixo grau de uso de insumos e de mecanização, grau de autoconsumo relativamente importante (25,2% do valor da produção) e baixíssima produtividade do trabalho. A quase totalidade dos produtores e do pessoal ocupado residia no local do estabelecimento.

As empresas familiares e as empresas capitalistas possuíam grandes áreas médias, alto grau de tecnificação, baixo autoconsumo, e alta produtividade. O local de residência dos produtores capitalistas era, no geral, na zona urbana. Do pessoal ocupado nesses estabelecimentos, apenas 44,5% residiam no local.

Ainda segundo as Autoras, as unidades mistas (familiar com temporários) situavam-se em posição intermediárias quanto aos indicadores utilizados.

O que se pode afirmar é que, já na década de 1980, havia estudo que sinalizava que as unidades produtivas familiares eram heterogêneas. E, desta forma, a oposição só não teria sentido entre empresas familiares e empresas capitalistas. Isto porque elas já se identificavam quanto ao grau de tecnificação e a alta produtividade como quer os autores citados acima.

O estudo sugere, também, que o senhor Zander Navarro deveria tomar mais cuidado ao afirmar que agricultura familiar, agrupamento que seria oposto a um indefinido agronegócio, é resultado de uma sociologia indigente e de um primário marxismo caiopradista.

Deve ser ressaltado que o trabalho de Kageyama e Bergamasco (1989) não estava preocupado em "quantificar e analisar" os efeitos perversos sobre o meio ambiente, que essa agricultura já estava a provocar. Mas, é disto que se trata hoje. Quanto aos efeitos sociais perversos, a bibliografia é numerosa aos relatórios. Mas, Denis Lerrer Rosenfield, na citada passagem do seu artigo, já nos prestou esse serviço.

Em um evento durante a campanha eleitoral, a "Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) entrega hoje um plano de diretrizes para a candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, cobrando, especialmente, a implantação do índice de produtividade para a reforma agrária." O relato é de

Paulo de Tarso Lyra ("Contag cobra de petista índice de produtividade" (VALOR ECONÔMICO, 13.07.2010, p.A6). Em continuidade, o jornalista acrescenta que " O presidente da Contag, Alberto Brock, reconhece o bom diálogo com a União... Nosso relacionamento com o presidente Lula não foi 100%. Temos pendência, como o índice de produtividade."

Um dia depois, segundo a reportagem dos jornalistas Paulo de Tarso Lyra e Fernando Taquari ("Dilma esquiva-se de compromisso com índice de produtividade", VALOR ECONÔMICO, 14.07.2010, p. A6), "A candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, prometeu ontem dobrar o número de agricultores incluídos no Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). (...) Mas calou-se diante da principal reivindicação dos trabalhadores filiados à Contag: implantação do índice de produtividade." Na interpretação dos citados jornalistas: " O silêncio da petista tem uma explicação: apesar de incentivar os pequenos agricultores e até posar para a foto com boné da Contag, ela não quer comprar uma briga desnecessária com o agronegócio – contrário ao índice – em pleno processo eleitoral".

Já eleita presidente, em 2010, Dilma Rousseff afirma ao repórter Roldão Arruda (O ESTADO DE SÃO PAULO, "Dilma afirma que vai rever o índice de produtividade rural", 04.11.2010, p.A7) que "No nosso governo, o presidente Lula pediu para a EMBRAPA fazer uma avaliação e definir o que a EMBRAPA, considerava tecnicamente correto. Vou avaliar esses dados". Segundo o repórter, "a declaração de Dilma foi bem recebida pelo presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho da Silva". Agora, nas palavras do presidente da SRB: "Temos acompanhado o trabalho de Eliseu Alves, da EMBRAPA, que considera as mudanças técnicas de produção, encara a propriedade rural como unidade de negócios, avalia o mercado, em vez de utilizar apenas os conceitos de terra e trabalho como vem sendo feito". Na mesma reportagem, o presidente da SRB aconselha que o "melhor que Dilma pode fazer é investir nos assentamentos existentes. Se um dia ela me perguntar, vou dizer que essa é a maneira de não se perder o que o País já investiu em assentamentos, que são deficientes e improdutivos". Pelo andar da carruagem, o leitor tem condições de avaliar se a presidente está seguindo o conselho do presidente da SRB.

Na mesma reportagem, a presidente eleita declarou: "Sempre me neguei a tratar o MST como caso de polícia". Mas também afirmou: "não compactuo com ilegalidades, nem com invasão de prédios públicos nem com invasão de propriedades que estão sendo produtivamente administradas". E poderíamos

acrescentar: mesmo que estejam violando outras funções sociais da propriedade rural.

O repórter declara que consultado pelo jornal O Estado de S. Paulo, o MST não se manifestou. Mas, Bruno Maranhão, líder do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), ao prestigiar a posse do novo presidente do INCRA, Celso Lacerda, afirma estar "entusiasmado com o momento. É preciso atualizar os índices de produtividade, baratear os alimentos".

Enfim, foram trocados o presidente da república, os responsáveis pela direção de órgãos públicos, os pesquisadores responsáveis pela elaboração dos índices, o porta voz dos trabalhadores sem terra... O Ministério do Desenvolvimento Agrário já trocou o seu ministro. O atual, tão logo assumiu o cargo, prometeu que também iria atualizar os índices de produtividade agrícola.

Razão parece ter Vladimir Saflate ("Lula venceu", FOLHA DE SÃO PAULO, 01.11.2010, especial, 4): "Lula conseguiu, de certa forma, transplantar os conflitos sociais para dentro do Estado. O conflito entre o agronegócio e a reforma agrária virou um embate entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Reforma Agrária".

Indagado pelo repórter João Domingos (ISTO É DINHEIRO, 29.03.2011) sobre sua posição a respeito da atualização dos índices de produtividade das propriedades, Afonso Florense foi taxativo: "A presidente Dilma determinou que a EMBRAPA faça esse índice. E a EMBRAPA é subordinada ao Ministério da Agricultura e não ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portanto não cabe a mim ficar falando qual deve ser o índice. Eu sou funcionário do Governo e devo obediência ao que a presidente determinar. Cumpro o que o governo decidir". Quem viver, verá!

Referências

BEUS, C.E.; DUNLAP, R.E. Conventional versus Alternative Agriculture: the paradigmatic roots of the debate. **Rural Sociology**, Provo (Utah), v.25, n. 4, p.361-371, 2005.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Novos Dados Sobre a Produção Familiar no Campo**. mimeo, IE/UUNICAMP, 1989, 23p.

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J.D. Assentamentos Rurais: alternativas frente ao agronegócio. **Retratos de Assentamentos**.

Araraquara-SP, n.12, p. 47-68, 2009.

RAMOS, P. A questão dos índices de rendimento da agropecuária brasileira: uma história de desrespeito à constituição. **Reforma Agrária**, São Paulo, v.32, n.01, p. 49-65, 2005.

TEIXEIRA, G. **Os índices de Produtividade Agropecuária para a Reforma Agrária**. (Colaborador do mandato da Deputada Federal Luci Choinacki – PT/SC. (Em 03.04.2005)

SZMRECSÁNYI, T. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo: HUCITEC-UNICAMP, 1979.